



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SBN Quadra 01 Bloco D Lote 32, Edifício Palácio do Desenvolvimento 15º andar
Brasília/DF, CEP 70057-900 <https://www.gov.br/incra>

Plano de Trabalho - TED Nº 197/2024/DD/SEDE/INCRA-INCRA

Brasília, 05 de setembro de 2024.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Nome da autoridade competente: **Maria Rosilene Bezerra Rodrigues**

Número do CPF: 516.***.***-87

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria 2.087, de 22 de março de 2023, publicado no Diário Oficial da União (DOU), dia 23 de março de 2023.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 373001 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 373001 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DD

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA.

Nome da autoridade competente: **Fernando Carvalho Silva**

Número do CPF: *.075.133-**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA.

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de Nomeação S/N de 6 de novembro de 2019

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 154041 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 154041 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

3. OBJETO:

Estimular e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico das áreas de assentamentos de reforma agrária, fomentando a geração de emprego e renda a partir da elaboração de projetos, acompanhamento de implantação e operacionalização das agroindústrias, assessoria técnica e formativa a gestão de cooperativas.

Para o cumprimento do objeto serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Coleta de documentos e atualização cadastral dos beneficiários realizada, por meio de elaboração de laudos de supervisão ocupacional no Titula Brasil/ PGT Campo, nos projetos de assentamento identificados na Plano de Ação.
- Organização de processos de regularização de lotes instruídos e aptos para regularização.
- Instrução de processos, visando o saneamento dos indícios de irregularidade apontados pelo TCU. Levantamento de informações e coleta de documentos para saneamento dos indícios de irregularidade apontados pelo TCU nos Acórdãos TCU nº 775/2016 e Acórdão TCU nº 1976/2017.
- Realização de georreferenciamento elaborado e certificado no SIGEF nos perímetros e lotes dos projetos de assentamento contemplados.
- Instrução de processos de titulação para emissão dos documentos titulatórios, provisórios ou definitivos de acordo com a demanda dos assentamentos.
- Elaboração de estudos ambientais e socioeconômicos em assentamentos da Reforma Agrária inseridos na área de ação do TED.
- Elaboração de projetos de crédito instalação, Projetos Agroindustriais e Terra Sol em Projetos de Assentamento e apoio a feiras e eventos que permitam a divulgação de produtos da reforma agrária.
- Apresentação de resultados de pesquisas publicados em Teses, Dissertações, Artigos e Publicações institucionais da UFMA.
- Elaboração e apresentação de relatórios anuais ao INCRA de todas as atividades desenvolvidas.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

Ação	Meta	Produto
Constituição e estruturação da equipe de trabalho.	Constituição da equipe de coordenação e apoio (Docentes, discentes e técnicos administrativos vinculados a Universidade Federal do Maranhão)	Contratação de Docente, discentes e técnico-administrativos selecionados para atuar no projeto.
		Contratação de Fundação de apoio contratada.
Apresentação de Plano de Ação detalhado	Elaboração do Plano de Ação e Aprovação pelo Incra	Plano de Ação
Supervisão Ocupacional dos assentamentos e lotes da Reforma Agrária	Supervisão Ocupacional em lotes em projetos de assentamento identificados no Plano de Ação com aplicação através do Titula Brasil/ PGT Campo.	Aplicação de laudos pelo Titula Brasil/ PGT Campo, aplicados em beneficiários e ocupantes nos projetos de assentamento, incluindo a coleta dos documentos necessários para atualização cadastral, regularização, saneamento dos indícios do TCU e titulação.
		Relatório dos trabalhos realizados para cumprimento da meta
Assistência Técnica às cooperativas e agroindústrias em cadeias produtivas para acesso às políticas públicas	Projetos Crédito Instalação	Projetos de crédito de instalação elaborados
	Assessoria, cooperativas e agroindústrias em cadeias produtivas definidas no plano de ação	Projetos Básicos de Terra Sol, Projetos de Desenvolvimento de Cadeias produtivas Apoio a feiras e eventos que divulguem produtos da reforma agrária
Regularização de ocupações em projetos de assentamento	Regularização de lotes em projetos de assentamentos identificados no Plano de Ação	Instrução dos processos de regularização de ocupantes nos projetos de assentamento
		Relatório de análise, contendo informações sobre os processos de regularização de ocupantes
Indícios de irregularidades apontados em acórdãos do TCU	Instrução de processos com indícios de irregularidades de ocupantes em projetos de assentamentos, contemplados no Plano de Ação	Instrução de processos - acolhimento e juntada de documentos de beneficiários e pesquisas em possíveis sistemas para instrução dos processos com indícios de irregularidades

		Relatório de análise, contendo informações sobre os processos de saneamento dos indícios de irregularidade dos beneficiários
Georreferenciamento dos projetos de assentamento e lotes da Reforma Agrária	Georreferenciamento do perímetro e de lotes dos projetos de assentamento contemplados no Plano de Ação	Inclusão do perímetro georreferenciado dos projetos de assentamento no SIGEF
		Inclusão dos lotes georreferenciados dos projetos de assentamento no SIGEF
Realização de atividades com o objetivo de Titulação de beneficiários dos projetos de assentamento da Reforma Agrária	Realizar ações necessárias para emissão de instrumentos de titulação provisória e ou definitiva nos projetos de assentamento contemplados no Plano de Ação	Instrução dos processos de titulação provisória e ou definitiva dos beneficiários dos projetos de assentamento
		Relatório de análise, contendo informações sobre os processos possíveis titulação dos beneficiários.
Realização de estudos e Pesquisas	Elaborar diagnósticos, e pesquisas nas Superintendências Regionais do Maranhão, Ceará, Pará, Tocantins e Piauí	Apresentação dos estudos em Dissertações, teses, monografias e publicações diversas

RESULTADOS ESPERADOS

- Laudos de supervisão ocupacional aplicados através do Titula Brasil/ PGT Campo, nos projetos de assentamento contemplados.
- Coleta de documentos e atualização cadastral dos beneficiários realizada.
- Processos de regularização de ocupantes de lotes instruídos e aptos para regularização.
- Processos instruídos visando o saneamento dos indícios de irregularidade apontadas pelo TCU.
- Perímetro e lotes dos projetos de assentamento contemplados com georreferenciamento elaborado e certificado no SIGEF.
- Processos de titulação provisórios e definitivos instruídos e prontos para emissão dos documentos titulatórios.
- Estudos dos impactos produzidos pela regularização fundiária e ambiental dos projetos de assentamento e lotes da Reforma Agrária realizados.
- Estudos com análise dos impactos e das possibilidades geradas pela Titulação dos projetos de assentamento da Reforma Agrária realizados.
- Projetos de crédito instalação, Terra Sol e Projetos de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas
- Resultados de pesquisas publicados em Monografias, Teses, Dissertações, e publicações diversas.
- Relatórios anuais apresentados ao INCRA das atividades realizadas.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

A gestão dos Assentamentos

A reforma agrária apresenta aspectos bastante significativos, sendo notório o avanço para os territórios conquistados, a partir de um conjunto de ações a ela associadas, com destaque para a infraestrutura produtiva, assistência técnica, acesso ao crédito e a importantes programas que estimulam a produção, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Articuladas ao fortalecimento da produção, destaca-se ações e programas de educação, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que possibilitam a formação e capacitação profissional para as áreas de reforma agrária.

Em um contexto de crises, tem se tornado cada vez mais difíceis obter resultados positivos para quaisquer dos segmentos de economia solidária e familiar. As organizações produtivas enfrentam cada vez uma relação de muita competitividade resultando em difícil acesso a financiamentos dos empreendimentos pretendidos e dificuldades em se estabelecer comercialmente. No entanto, muitas demandas motivaram a proposituras de projetos, acompanhamento às entidades, capacitações, intercâmbios, resultando em um instrumental básico para as famílias produtoras acessarem as fontes de financiamento nos principais programas de crédito produtivo, bem como desenvolver o espírito empreendedor.

Introdução

O presente TED apresenta-se com caráter de continuidade, possibilitando a ampliação do público alvo e novas metas, alteração estas que irão agora contemplar os estados do Maranhão e Ceará, incluindo metas vinculadas ao Programa Titula Brasil/ PGT Campo, abrangendo outras áreas de assentamentos, famílias e entidades associativas cooperativadas, que contribuirão com a geração de renda das famílias e desenvolvimento local, a partir dos assentamentos, mas também regional, na medida em que altera as relações comerciais, sociais e econômicas de seu entorno. Neste sentido, o objetivo central do projeto foi estimular e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico das áreas de assentamentos de reforma agrária, fomentando a geração de emprego e renda, a partir da elaboração de projetos, além de ações formativa à gestão de cadeias produtivas e agroindústrias e diante das novas demandas apresentadas pelo Incra o plano de trabalho aprovado inicialmente no ano de 2018 (sofreu sua primeira reformulação em 2022) está sofrendo uma nova alteração que permitirá o avanço de políticas públicas consistentes e efetivas em áreas do PNRA. Constituição e estruturação da equipe de trabalho. A equipe de trabalho, está constituída por docentes, discentes, técnico-administrativos e técnicos especialistas contratados pela Fundação de Apoio para o desenvolvimento das atividades previstas. Apresentação de Plano de Ação detalhado O plano de ação ser desenvolvido consistirá na estruturação do plano de trabalho apresentado, onde o mesmo será elaborado de forma coletiva entre a equipe da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), superintendências regionais dos estados do Maranhão, Ceará, Piauí, Para, Tocantins e Incra sede em Brasília-DF. O período de elaboração deste será de 3 (três) meses, onde serão apresentados um cronograma detalhado, metodologia de trabalho e resultados a serem obtidos até o final da vigência do TED que está previsto para Dezembro de 2024.

Supervisão ocupacional e Regularização de lotes

A obrigação da Autarquia de controlar a regularidade das parcelas destinadas, executada por meio do que se convencionou chamar de supervisão ocupacional, é realizada pelo INCRA através da verificação das condições de permanência dos beneficiários do PNRA nos projetos de assentamento, incluindo a constatação da ocupação e da exploração do lote pela unidade familiar, de forma a que esteja sendo mantido o objetivo precípuo da reforma agrária.

A criação do assentamento é realizada por meio da publicação de portaria onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias a serem assentadas, o nome do projeto de assentamento e prevê as etapas seguintes para sua implantação, com a Instalação, Estruturação, Desenvolvimento e Consolidação. Durante todo esse processo, a situação ocupacional dos assentamentos vai se reorganizando a cada tempo. Com base na análise dos dados coletados pelas Universidades com cooperação com o INCRA (projeto RADIS) e as vistorias realizadas pelo INCRA em 2019-2020 já utilizando o Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO, estima-se um percentual entre 20-30% de lotes com ocupações irregulares nos projetos de assentamentos, que pode variar conforme a Superintendência Regional. O INCRA, com sua força operacional priorizando essa atividade, tem conseguido supervisionar entre 30 a 40 mil lotes em média nos últimos anos.

Gestão das cooperativas e agroindústria nas cadeias produtivas identificadas e promoção de acesso as políticas públicas**Acesso a Políticas públicas**

A importância de programas de desenvolvimento nos assentamentos de reforma agrária, bem como o acesso a políticas públicas, irá permitir o acesso ao crédito e adoção de novas tecnologias pelas famílias assentadas, podendo potencializar a organização de cadeias produtivas, com mudanças na matriz tecnológica; acesso a circuitos comerciais locais e regionais; assim como a melhoria na organização e gestão de entidades associativas em assentamentos de reforma agrária, com vários desdobramentos sociais e econômicos nestes territórios atendidos pelo TED. Como resultado, a participação dos assentados em cooperativas e na gestão de empreendimentos agroindustriais coletivos constitui uma imperiosa necessidade, devendo assim, assumir um papel de destaque no fortalecimento de cadeias produtivas que são estratégicas para os assentamentos, conforme dispositivo da Lei n. 4.504/1944. O aspecto da produção se constitui na agregação de valor, da produção agropecuária industrializada e comercializada, fazendo da produção local a principal fonte de transferência de renda. As políticas sociais compensatórias e as estratégias de inclusão produtiva são ferramentas importantes para os setores do campo que mais enfrentam obstáculos para produção da renda a partir da produção familiar, seja nas dificuldades de adequar-se ao mercado e a um conjunto de novas exigências para ingressar nas atividades econômicas. Assim, estratégias de inclusão devem estar associadas a investimentos no setor, dinamização da economia local na perspectiva de soberania alimentar, de modos a provocar respostas objetivas dos gestores públicos rumo à organização das principais cadeias produtivas da agricultura familiar na região.

Regularização de ocupações em projetos de assentamento

O processo de regularização fundiária tem-se tornado essencial e de extrema importância pelo fato de garantia jurídica aos assentados vinculados ao PNRA, e nesse contexto apresentado, é importante enfatizar o dever do poder público em não poupar esforços na celeridade deste processo da regularização fundiária nos assentamentos federais, a fim de permitir aos assentados da reforma agrária, o direito a obtenção do título de propriedade. Sendo precípuo o de que a regularização fundiária nos assentamentos rurais deve necessariamente apresentar um caráter de urgência, tendo como escopo a entrega de, títulos de propriedade àqueles que atualmente, estejam em situação de comprovarem em situação regular perante a legislação vigente.

Desbloqueios de beneficiários

Ao longo dos últimos anos foram realizadas auditorias, fiscalizações e edições de Acórdãos objetivando, em especial, a verificação da conformidade entre a legislação vigente e os procedimentos adotados pelo INCRA quanto à seleção, homologação e manutenção dos beneficiários (supervisão ocupacional) nos projetos de assentamento do PNRA. Destacam-se os Acórdão TCU nº 775/2016, Acórdão TCU nº 1976/2017 e o Acórdão TCU nº 3155/2019.

O TCU promoveu uma série de cruzamentos de dados, verificando as seguintes questões: a) existência de beneficiários que não atendiam aos requisitos do PNRA previstos na legislação (identificação de indícios de irregularidade); b) inconsistências na base de dados do Sistema de Informações da Reforma Agrária - SIPRA; e, c) deficiência na identificação de irregularidades em projetos de assentamento pelo INCRA (falta de uma política efetiva de supervisão ocupacional).

Foram apontados 857 mil indícios, tipificados em 16 tipos de irregularidades na concessão de lotes da reforma agrária. Esses indícios estão concentrados nos projetos localizados na Amazônia legal (66%) e na região Nordeste (17%). Resta ainda um passivo de mais de 300 mil indícios a serem tratados, impactando em 200 mil assentados que estão na condição de irregulares nos assentamentos, não podendo acessar políticas públicas, titulação, entre outras restrições.

Com relação às áreas de atuação do TED firmado entre INCRA e UFMA destaca-se que no estado do Maranhão foram apontados 77.710 indícios de irregularidades em de lotes da reforma agrária, destes apenas 37% foram tratados, já no estado do Ceará foram apontados 17.570 indícios de irregularidades em de lotes da reforma agrária, destes 38% ainda não foram tratados, conforme relatórios do INCRA

O INCRA apresentou ao TCU plano para saneamento dos indícios de irregularidade até 2022 e nele consta como estratégia a formação de parcerias para saneamento das irregularidades apontadas pelo TCU.

Georreferenciamento dos Assentamentos e dos Lotes de Reforma Agrária

O georreferenciamento tem por objetivo regularizar a escrituração de todos os imóveis rurais do País e minimizar as matrículas emitidas em duplicidade e as descrições de divisas pouco confiáveis, inibindo, assim, a grilagem de terras. Essa medição é registrada no INCRA, que recebe, valida e armazena os dados dos limites de sua propriedade em sistema eletrônico e fornece uma certidão que informa que o imóvel não se sobrepõe a outro. Será necessário o georreferenciamento do perímetro do assentamento e das parcelas/lotes.

Titulação de projetos de assentamento

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários do PNRA receberão contratos de concessão de uso ou títulos de domínio, instrumentos que asseguram o acesso à terra. O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar. O Título de Domínio (TD) é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e que o assentado tenha condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio. Além da garantia da propriedade da terra para as famílias

assentadas, a titulação efetuada pelo INCRA contém dispositivos norteadores dos direitos e deveres dos participantes do processo de reforma agrária, especialmente do poder público (representado pelo INCRA) e dos beneficiários, caracterizado pelos assentados. A Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) é o instrumento contratual com força de escritura pública, sob cláusulas resolutivas, disponibilizado exclusivamente para projetos ambientalmente diferenciado, que transfere, de forma gratuita e em caráter definitivo, de forma individual ou coletiva, o direito real de uso da parcela ou lote da reforma agrária ao beneficiário, condicionado à exploração rural.

Realização de estudos e Pesquisas

O papel da universidade pública é garantir que o conhecimento se torne universalizado, o que se configura como resultado da tríade ensino/pesquisa/extensão. Neste caso, o TED que está em vigência se apresenta nos âmbitos internos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como projeto de extensão. Assim, a partir do envolvimento do corpo docente e discente, serão desenvolvidos diversos estudos dos impactos gerados a partir da atuação junto aos assentamentos que serão apresentados em forma de dissertações, teses, artigos publicados e trabalhos apresentados em eventos, isto como forma de validação científico-acadêmica das informações produzidas na vigência do TED.

Considerações Finais

O plano de trabalho que ora se apresenta, é uma responsabilidade compartilhada entre Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) incluindo aqui as superintendências regionais do Maranhão e Ceará que apresenta como escopo a perspectiva de avanços no PNRA, contribuindo para consolidar o desenvolvimento socioeconômico dos territórios onde ocorrerão as ações, a partir de duas dimensões: estimular a geração de emprego e renda sustentáveis e garantir a segurança jurídica aos assentados. Assim, o esperado é que ao final do processo, seja produzida uma nova realidade a partir das ações desenvolvidas, realidade esta que apresente avanços para os assentados de reforma agrária vinculados ao PNRA.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO:

6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

 Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada. Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública. Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.**8. CUSTOS INDIRETOS:**

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

 Sim Não**9. CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO**

Meta	Descrição do Produto	Indicadores de Resultados		Valor Unitário	Valor Total	Período	
		Unidade	Quantidade			Início	Término
1. Constituição da equipe de gestão e execução do projeto	P1. Docente, discentes e técnico-administrativos selecionados para atuar no projeto.	Docentes, discentes e Técnico-Administrativos	41	R\$ 80.346,34	R\$ 3.294.200,00	jun/22	dez/24
	P2. Seleção e contratação de Fundação de Apoio	Contrato	1	R\$ 1.665.023,37	R\$ 1.665.023,37	jun/22	dez/24
SUBTOTAL					R\$ 4.959.223,37		
2. Elaboração do Plano de Ação e Aprovação pelo Incra	P3. Plano de Ação Elaborado e aprovado pelo Incra	Plano de Ação	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	out/23	dez/24
SUBTOTAL					R\$ 0,00		
3. Supervisão Ocupacional em lotes em projetos de assentamento identificados no Plano de Ação	P4. Formulários aplicados pelo Titula Brasil/ PGT Campo, em beneficiários ou ocupantes nos projetos de assentamento, incluindo a coleta dos documentos necessários para atualização cadastral, regularização, saneamento dos indícios do TCU e titulação.	Laudos /família	15.000	R\$ 189,90	R\$ 2.848.500,00	jun/22	dez/24
	P5. Elaboração relatório dos trabalhos realizados para cumprimento da meta	Relatório	3	R\$ 4.100,00	R\$ 12.300,00	jun/22	dez/24
SUBTOTAL					R\$ 2.860.800,00		
4. Assistência Técnica às cooperativas e agroindústrias em cadeias produtivas para acesso às políticas públicas	P6. Projetos de crédito instalação elaborados e apresentados ao INCRA	Projetos elaborados	4.000	R\$ 179,44	R\$ 717.760,00	jun/22	dez/24
	P7. Elaboração de Relatório dos trabalhos realizados para cumprimento da meta	Relatório	3	R\$ 4.100,00	R\$ 12.300,00	jun/22	dez/24
	P8. Assessoria, gestão das cooperativas e agroindústria e acesso as políticas públicas em cadeias produtivas definidas no plano de ação	Projeto básico Terra Sol	10	R\$ 492.800,00	R\$ 4.928.000,00	jun/22	dez/24
Apoio a Feiras e Eventos que contribuam para divulgar produtos oriundos da reforma agrária		6	R\$ 250.000,00	R\$ 1.500.000,00	ago/23	dez/24	

		Projetos de desenvolvimento de cadeias produtivas	10	R\$ 434.751,22	R\$ 4.347.512,20	ago/23	dez/24
SUBTOTAL					R\$ 11.505.572,20		
5. Regularização de lotes em projetos de assentamentos identificados no Plano de Ação	P9. Regularização de lotes em projetos de assentamentos identificados no Plano de Ação	Processos instruídos	5.000	R\$ 181,50	R\$ 907.500,00	jun/22	dez/24
	P10. Elaboração relatório dos trabalhos realizados para cumprimento da meta	Relatório	3	R\$ 4.100,00	R\$ 12.300,00	jun/22	dez/24
SUBTOTAL					R\$ 919.800,00		
6. Saneamento dos indícios de irregularidades TCU de beneficiários dos projetos de assentamentos contemplados no Plano de Ação	P11. Instrução dos processos de saneamento dos indícios de irregularidade dos beneficiários nos projetos de assentamento	Processos instruídos	5.000	R\$ 71,12	R\$ 355.620,00	jun/22	dez/24
	P12. Relatório de análise, contendo informações sobre os processos de saneamento dos indícios de irregularidade dos beneficiários	Relatório	3	R\$ 4.100,00	R\$ 12.300,00	jun/22	dez/24
SUBTOTAL					R\$ 367.920,00		
7. Georreferenciamento dos projetos de assentamento e lotes da Reforma Agrária	P13. Realização do georreferenciamento do perímetro e de lotes dos projetos de assentamento contemplados no Plano de Ação.	Perímetros dos Projetos de Assentamento georreferenciado inserido no SIGEF	55	R\$ 7.877,27	R\$ 433.249,85	abr/24	dez/24
		Lotes georreferenciados dos projetos de assentamento inseridos no SIGEF	580	R\$ 1.700,00	R\$ 986.000,00	abr/24	dez/24
	P14. Elaboração de Relatório dos trabalhos realizados para cumprimento da meta	Relatório	5	R\$ 4.100,00	R\$ 20.500,00	abr/24	dez/24
SUBTOTAL					R\$ 1.439.749,85		
8. Realizar ações necessárias para emissão de instrumentos de Titulação provisória e definitivos projetos de assentamento contemplados no Plano de Ação	P15. Instrução dos processos de Titulação dos beneficiários dos projetos de assentamento	Processos instruídos	15.000	R\$ 53,89	R\$ 808.392,05	jun/22	dez/24
	P16. Relatório de análise, contendo informações sobre os processos de Titulação dos beneficiários dos projetos de assentamento	Relatório	3	R\$ 12.297,00	R\$ 36.891,00	jun/22	dez/24
SUBTOTAL					R\$ 845.283,05		
9. Elaborar estudos e pesquisas em cada Superintendência Regional (SR)	P17. Estudos e diagnósticos socioeconômico e ambiental nos assentamentos de reforma agrária no Âmbito do TED	Apresentação dos estudos em forma de diagnósticos, monografias/dissertações/teses e publicações diversas.	16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	jun/22	dez/24
SUBTOTAL					R\$ 0,00		
Total					R\$ 22.898.348,47		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Mês/Ano	Valor (R\$)
2018	500.000,00
2021	22.398.348,47
Total	R\$ 22.898.348,47

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
-------------------------------	----------------	----------------

339039 - Serviços de terceiros – PJ Contratação da Fundação de Apoio para Desenvolvimento em Conjunto com a Universidade Federal do Maranhão as Ações do Projeto	Não	22.898.348, 47
Total		22.898.348,47

12. PROPOSIÇÃO

São Luiz - MA, data da assinatura eletrônica

(Assinado Eletronicamente)

Fernando Carvalho Silva

Reitor

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

13. APROVAÇÃO

Brasília - BSB, data da assinatura eletrônica

(Assinado Eletronicamente)

Maria Rosilene Bezerra RodriguesDiretora de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosilene Bezerra Rodrigues, Diretor(a)**, em 05/09/2024, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Carvalho Silva, Usuário Externo**, em 05/09/2024, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21606162** e o código CRC **20678304**.